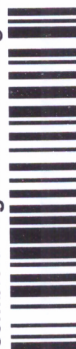




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS  
Gabinete do Deputado **CARIMBÃO JÚNIOR**

INDICAÇÃO Nº 315/2017

Assembleia Legislativa de Alagoas




PROTOCOLO GERAL 0000719  
Data: 22/03/2017 Horário: 13:08

Legislativo -

**REQUERIMENTO AO GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, RENAN FILHO, PARA QUE ENCAMINHE À ESTA CASA UM PROJETO DE LEI QUE FIXE PENALIDADES ÀS EMPRESAS QUE DESCUMPRIREM AS DETERMINAÇÕES DA LEI Nº 7.865/2017, QUE INSTITUIU A POLÍTICA DE REINserÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES QUÍMICOS RECUPERADOS.**

Indico a Mesa Diretora, de acordo com o que preceitua o Art. 157 e ss. do Regimento Interno, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. **RENAN FILHO**, Governador do Estado de Alagoas, solicitando que o Governo do Estado encaminhe à esta casa Projeto de Lei que crie as penalidades aplicáveis às empresas que descumprirem as diretrizes da Lei nº 7.865/2017 que instituiu a Política Estadual de Reinserção Social para Dependentes Químicos Recuperados.

Plenário Tavares Bastos, 22 de março de 2017.

  
**Givaldo de Sá Gouveia Júnior**  
Deputado Estadual (PHS/AL)



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**Gabinete do Deputado CARIMBÃO JÚNIOR**

**JUSTIFICATIVA**

Em 18 de janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas a sanção da Lei nº 7.865/2017 que instituiu a Política Estadual de Reinserção Social para Dependentes Químicos Recuperados.

Conforme publicação no Diário Oficial, o artigo 9º da referida Lei foi vetado sob fundamentação de que a criação de penalidades apenas poderia ocorrer mediante lei específica.


Para a consecução dos objetivos da Lei nº 7.865/2017 se faz extremamente necessário que o Poder Executivo envie para esta Casa um projeto de lei que determine as penalidades que as empresas descumpridoras da Política Estadual de Reinserção Social para Dependentes Químicos Recuperados.

Ora, uma Lei sem a imposição de penalidades face a seu cumprimento não possui nenhuma força de cumprimento, em verdade, apenas terá o caráter sugestivo, o que não é o espírito da Política de Reinserção Social.

Para que as empresas que celebrarem contratos, convênios e termos de parceria com o Estado de Alagoas destinem os percentuais mínimos aos cidadãos recuperados pelo programa Acolhe, se faz necessário que exista uma penalidade em caso de descumprimento.

**Face ao exposto, venho solicitar a Vossa Excelência encaminhe à esta casa Projeto de Lei que crie as penalidades aplicáveis às empresas que descumprirem as diretrizes da Lei nº 7.865/2017 que instituiu a Política Estadual de Reinserção Social para Dependentes Químicos Recuperados**

Plenário Tavares Bastos, 22 de março de 2017.

  
**Givaldo de Sá Gouveia Júnior**  
Deputado Estadual (PHS/AL)